

## Servidores esperam que MGI apresente propostas para categoria em reunião nesta quinta, 10

Reagendada para esta quinta-feira, 10, a 3ª reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNPP) com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) terá como tema central a pauta econômica que envolve debate sobre recomposição salarial, mas também sobre benefícios, como auxílio-alimentação, plano de saúde, entre outros. Ainda que os benefícios integrem as chamadas verbas de custeio e possam ser debatidos fora do cronograma imposto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), eles devem fazer parte da pauta da reunião desta quinta e fazem parte das demandas urgentes dos servidores federais.

Da mesma forma que as remunerações foram afetadas ao longo dos últimos anos pelo congelamento salarial e inflação do período, gerando perdas que superam 40% em algumas categorias, os benefícios no Executivo Federal sofreram com essas perdas além de serem os mais defasados entre os Três Poderes.

Ainda que o governo tenha concedido um acréscimo de R\$200 no auxílio-alimentação dos servidores do Executivo esse ano, o valor pago no mesmo benefício aos servidores do Judiciário (R\$ 1.182,74) é quase o dobro do pago no Executivo (R\$ 658,00). Uma das reivindicações centrais da categoria é, portanto, a equiparação desses valores entre todos os Poderes. Os demais benefícios seguem essa mesma lógica. Enquanto o auxílio creche



pago aos servidores do Judiciário é R\$ 935,22, no Executivo esse valor não passa de R\$321.

Saúde não é mercadoria

Outra pauta sensível aos servidores diz respeito a contrapartida paga pela categoria nos planos de saúde. Hoje, muitos servidores têm desistido de ficar nos planos de autogestão, como Geap e Capsaúde, que assistem a maioria, gerando uma crise que tem se agravado nos últimos anos. A saída daqueles que não conseguem arcar com o custeio das mensalidades cobradas pressiona também aqueles que decidem ficar. Em média, o servidor arca hoje com 80% do valor do plano. Em alguns casos, o governo chega a custear apenas 10% do valor da mensalidade.

As dificuldades existem, mas não serão impeditivos para cobrar atendimento dessas demandas urgentes. "Vamos ter que disputar no Orçamento os valores necessários para resgatar esse direito a que

muitos servidores tiveram que abrir mão", destacou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef.

Para Sérgio, a mobilização em torno dessas e outras reivindicações vai continuar sendo fundamental. "A ameaça aos serviços públicos ainda está rondando as pautas no Congresso Nacional. A tentativa de Arthur Lira em aprovar a PEC 32/20, o Arcabouço Fiscal, são pautas que seguem colocando em risco o projeto e a defesa do próprio governo Lula de reestruturar as políticas e os serviços públicos brasileiros", comenta. "Sabemos que não estamos em um cenário fácil, mas estamos apostando no canal de diálogo permanente que o governo Lula abriu novamente com a categoria e com nossa unidade e organização vamos seguir pressionando para que avanços e o atendimento de demandas urgentes aconteçam", concluiu.

Condsef/Fenadsef



## Comissão aprova MP que reajusta salários dos funcionários públicos

comissão mista, formada por senadores e deputados, responsável por analisar o relatório da MP (Medida Provisória) 1.170 de 2023 aprovou o texto nesta 4ª feira (9.ago.2023). A medida, que teve votação simbólica -quando não há contagem nominal de votos-, estabelece um aumento de 9% nos salários dos funcionários públicos do Poder Executivo federal.

Agora, o projeto será analisado pelos plenários da Câmara e do Senado.

Na 3ª (8.ago), o colegiado adiou a votação da MP para

esta 4ª (9.ago). Relatora, a deputada Alice Portugal (PC do B-BA) rejeitou as emendas propostas pelos congressistas na última reunião e manteve o reajuste salarial linear de 9% determinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

De acordo com o projeto, a mudança nos valores vale para todos os servidores e empregados públicos civis do Executivo, inclusive aposentados e pensionistas. A MP foi assinada pelo presidente em 1º de maio deste ano.

A única alteração incluída nesta 4ª (9.ago) no relatório foi

a criação de uma diretoria para administrar a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco). Pelo texto, a estatal será dirigida por um diretor-presidente e 4 diretores eleitos pelo Conselho de Administração.

O impacto do reajuste, quase todo incluído no Orçamento da União de 2023, será de R\$ 11,6 bilhões. O Executivo solicitou também acréscimo de R\$ 176,4 milhões na despesa para cumprir a meta.

Poder 360

## Banco que conceder empréstimo consignado sem autorização deverá ser multado

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (9) o Projeto de Lei (PL) 2.131/07, que determina multa para instituições financeiras que concederem empréstimo consignado para beneficiário do INSS ou servidor público sem sua autorização expressa. A proposta, do ex-deputado Edgar Moury (PE), segue agora para o Senado Federal.

O substitutivo da relatora Laura Carneiro (PSD-RJ) define que o beneficiário do INSS ou servidor terá 60 dias, a partir do recebimento dos valores, para pedir a devolução e o cancelamento do empréstimo. A partir desse momento, se a instituição não comprovar engano justificável ou fraude, terá de pagar multa de 10% ao consumidor no prazo de 45 dias. A regra alcança ainda

financiamentos, cartão de crédito, cartão consignado de benefício ou arrendamento mercantil.

O deputado Guilherme Boulos (Psol-SP), autor do PL 2.530/23, que tramitou em conjunto com o PL 2.131/07, avaliou que a aprovação representa vitória de aposentados e servidores públicos. O parlamentar lembrou que “22% das reclamações relacionadas a crédito consignado eram justamente por créditos não solicitados; ou seja, a financeira ou o banco ia lá e depositava o dinheiro na conta do aposentado ou do servidor, sem qualquer contrato, e no mês seguinte começava a cobrar juros. E essas pessoas tinham uma dificuldade enorme para provar que não haviam pedido o empréstimo, isso é uma inversão da lógica”.

Para o secretário de Relações

do Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Jeferson Meira, o Jefão, que é responsável por acompanhar as pautas de interesse da categoria bancária em tramitação no Congresso Nacional, “a aprovação desse projeto é um avanço em relação à segurança jurídica e também pessoal, principalmente para os idosos, que são de forma corriqueira surpreendidos com empréstimos não requisitados”. Jefão ressaltou que esses empréstimos não solicitados “ocorrem muitas vezes em condições abusivas e, na maioria das vezes, os clientes são penalizados com o desdobramento danosos dessas investidas por parte dos bancos e estabelecimentos de crédito”.

Escrito por: Contraf-CUT